



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

BRUNA MENDONÇA FERREIRA

**A SEXUALIDADE COMO COMPONENTE CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA
DE ACORDO COM O PCN E A BNCC: AVANÇOS E RETROCESSOS NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS**

MACEIÓ, AL
2024



BRUNA MENDONÇA FERREIRA

**A SEXUALIDADE COMO COMPONENTE CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA
DE ACORDO COM O PCN E A BNCC: AVANÇOS E RETROCESSOS NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas,
como parte da exigência para a obtenção do grau
de Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Dr. Olagide Wagner de Castro.
Coorientador (A): Prof. Dra. Giana Raquel Rosa

MACEIÓ, AL

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB-4 –661

F383c Ferreira, Bruna Mendonça.

A sexualidade como componente curricular na educação básica de acordo com o PCN e a BNCC : avanços e retrocessos nas políticas públicas / Bruna Mendonça Ferreira. – 2024.
52 f. : il.

Orientadora: Olagide Wagner de Castro.

Coorientadora: Giana Raquel Rosa.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 49-52.

1. Sexualidade. 2. Direitos humanos. 3. Políticas públicas. I. Título.

CDU: 613.9:373.3

Folha de Aprovação

BRUNA MENDONÇA FERREIRA

A SEXUALIDADE COMO COMPONENTE CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA, DE
ACORDO COM O PCN E A BNCC: AVANÇOS E RETROCESSOS NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca
examinadora do curso de Ciências
Biológicas/Licenciatura da Universidade Federal
de Alagoas e aprovada em 19 de novembro de 2024

(Orientador(a) - Prof. Dr. Olagide Wagner de Castro - UFAL

Banca examinadora:

(Examinador(a) Externo(a) - Dra. Amanda Larissa Dias Pacheco - UFAL

(Examinador(a) Interno(a) - Prof Dr. Igor Santana de Mello - UFAL

Dedico este trabalho aos meus amados pais, Maria Betania da S. Mendonça e José Soares Ferreira, cuja luta diária sempre foi um exemplo de coragem e determinação. Vocês me ensinaram, com cada batalha que enfrentaram, a nunca desistir, a valorizar cada conquista e a seguir em frente, mesmo quando o caminho parecia impossível. A força de vocês é a minha inspiração mais profunda e me sustenta em cada passo.

Dedico também à memória da minha tia Neves, que em vida foi uma presença de amor e incentivo, e que agora me guia com sua lembrança. Sua falta é sentida, mas o que me deixou permanece em mim como um farol.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, que sempre foi a base do meu sucesso. Aos meus pais,, por serem exemplos de luta e perseverança; à minha avó Terezinha, pelo amor e apoio incondicional; às minhas primas Roseane Mendonça e Mylla Mendonça; às minhas tias Cicera Maria e Maria José; e ao meu querido tio Écio, por sempre acreditarem em mim e me encorajarem a seguir em frente.

Expresso minha profunda gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Olagide Wagner, e à minha coorientadora, Prof. Dra. Giana Raquel, pela dedicação e paciência em me guiar durante todo o processo deste trabalho.

Não poderia deixar de agradecer ao meu amigo e companheiro Jefferson Krystian, por seu apoio e companheirismo, que foram essenciais para enfrentar os desafios desta jornada.

Sou imensamente grata aos amigos e colegas que marcaram minha vida acadêmica e estiveram ao meu lado ao longo dessa jornada: Carla Mariane, Cássia Marcela, Luan Ferro, Madson Felipe, Ismael Inácio, Luciano Leonardo, Renato Lisboa, Thayna Karine, Leonardo Vinicius, Karolyne, Dilean Freitas, Márcio Antônio, Maíra Silva e Mércia Homero. A amizade e o apoio de vocês foram indispensáveis em cada etapa dessa caminhada.

Agradeço, ainda, aos professores Maria Danielle, Müller Ribeiro, Graziela Cury e Renato Gaban, que influenciaram minha trajetória de maneira especial e contribuíram significativamente para minha formação acadêmica.

A todos vocês, minha mais profunda gratidão por fazerem parte dessa conquista.

*“Para educar é preciso ter a coragem de
enfrentar o conservadorismo e ampliar
horizontes.”* Adaptado de Paulo Freire

RESUMO

Ao longo das últimas décadas, a inclusão da educação sexual no currículo escolar brasileiro tem enfrentado obstáculos e desafios. Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, tenha reconhecido a importância do tema, sua implementação foi delegada às instituições locais, o que resultou em variações significativas entre as diferentes regiões do país. A criação do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), em 2004, representou um avanço expressivo nesse campo, mas, com o passar dos anos, o programa sofreu retrocessos devido à pressão de setores conservadores da sociedade. Tanto os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) quanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orientam a educação básica no Brasil, sublinham a importância da diversidade e dos direitos humanos, mesmo sem tratar explicitamente da educação sexual. No entanto, as revisões mais recentes da BNCC reduziram a abordagem sobre gênero e orientação sexual, o que gerou debates e controvérsias no cenário das políticas educacionais. Neste estudo, serão analisadas teorias relevantes para a compreensão da educação sexual, como a teoria do desenvolvimento psicosssexual de Freud e a teoria da aprendizagem social de Bandura. Além disso, a partir de pesquisa documental e bibliográfica, serão discutidos os avanços que a inclusão desse tema nas escolas pode proporcionar, tais como a redução dos índices de violência sexual e de gravidez na adolescência. A pesquisa conclui que as políticas públicas voltadas para a educação sexual no Brasil têm oscilado entre avanços e retrocessos, refletindo as tensões sociais e políticas presentes no contexto nacional. Destaca-se a necessidade contínua de promover uma formação integral e inclusiva, que respeite as diversidades e assegure o direito à informação sobre sexualidade nas escolas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Sexualidade; Direitos humanos; Políticas públicas; Educação básica.

ABSTRACT

Over the past decades, the inclusion of sex education in the Brazilian school curriculum has encountered numerous obstacles and challenges. Although the 1996 Brazilian Law of Guidelines and Bases for National Education (LDB) recognized the importance of this subject, its implementation was delegated to local institutions, resulting in significant regional variations across the country. The creation of the School Health and Prevention Program (SPE) in 2004 marked a significant step forward in this field. However, over time, the program faced setbacks due to pressure from conservative sectors of society. Both the National Curriculum Parameters (PCNs) and the National Common Core Curriculum (BNCC), which guide basic education in Brazil, emphasize the importance of diversity and human rights, though they do not explicitly address sex education. Nonetheless, recent revisions to the BNCC have limited discussions on gender and sexual orientation, sparking debates and controversies within educational policy circles. This study examines relevant theories for understanding sex education, such as Freud's psychosexual development theory and Bandura's social learning theory. Additionally, based on documentary and bibliographic research, it explores the potential benefits of including this subject in schools, including reducing rates of sexual violence and teenage pregnancy. The research concludes that public policies regarding sex education in Brazil have fluctuated between progress and setbacks, reflecting the social and political tensions within the national context. The continuous need to promote comprehensive and inclusive education is highlighted—one that respects diversity and ensures the right to information on sexuality in schools, thus contributing to the development of a fairer and more equitable society.

Keywords: Sexuality; Human rights; Public policy; Basic education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Alterações e Retrocessos na Abordagem sobre Sexualidade e Diversidade de Gênero	40
Quadro 2	- Conquistas e Recursos da Educação Sexual nas Políticas Educacionais	42
Tabela 1	- Demonstrativo percentual evolutivo dos estudos de Educação Sexual a partir de levantamentos.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
MEC	Ministério da Educação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
OMS	Organização Mundial da Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Conceito do termo Sexualidade	18
2.2 Sexualidade segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde)	19
2.3 Sexualidade nos currículos escolares, de acordo com os PCN's e a BNCC	21
2.3.1 PCNs	23
2.3.2 BNCC	25
2.3.2.1 A Primeira Versão da BNCC (2015)	26
2.3.2.2 Versão Revisada da BNCC (2017)	27
2.3.2.3 A Nova Redefinição na Versão Final (2019)	28
2.4 Campos que compõem a Educação Sexual	29
2.4.1 Educação Científica e Biológica	29
2.4.2 Educação Psicológica e Emocional	30
2.4.3 Educação Ética e Moral	30
2.4.4 Educação Social e Cultural	31
2.4.5 Educação Jurídica e Cidadã	31
2.4.6 Educação Afetiva e Relacional	32

2.5 A relevância do ensino acerca da sexualidade no contexto escolar.....	32
2.5.1 Teoria do Desenvolvimento Psicossexual de Freud.....	32
2.5.2 Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura.....	33
2.5.3 Teoria da Justiça Social de Paulo Freire.....	34
3 METODOLOGIA	35
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	36
4.1 Avanços e contribuições obtidos com a implementação da sexualidade no currículo escolar.....	36
4.2 Desafios ao longo do tempo	36
4.3 Retrocessos obtidos com a retirada da sexualidade no currículo escolar	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	
46	

1 INTRODUÇÃO

A educação sexual tem sido um tema recorrente e de grande relevância nas políticas educacionais brasileiras, refletindo um campo de intenso debate e transformações nas últimas décadas (BRASIL, 1997; BRASIL, 2017). A inserção desse tema nos currículos escolares tem como objetivo promover o conhecimento, a saúde e o respeito à diversidade, sendo considerado um elemento crucial no desenvolvimento de jovens e adolescentes (UNESCO, 2018; Brasil, 2017). A abordagem da sexualidade, contudo, não se restringe apenas à transmissão de informações sobre o corpo e as relações interpessoais, mas abarca uma compreensão multidisciplinar que envolve aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais (BRASIL, 1997; Foucault, 1976). Dentro desse contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais, representadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), têm sido fundamentais na estruturação de uma educação sexual mais inclusiva e informada, embora as implementações desses documentos estejam imersas em um cenário de intensas tensões políticas e sociais (Brasil, 1997; Brasil, 2017).

Os PCNs, estabelecidos a partir da década de 1990, representam um marco importante para a educação sexual no Brasil, incorporando temas como orientação sexual, saúde reprodutiva e direitos sexuais como questões transversais a serem abordadas por diversas áreas do conhecimento (Brasil, 1997). Ao destacar esses temas como essenciais para a formação integral dos estudantes, os PCNs buscam criar uma educação que respeite e valorize as diversidades sexuais, culturais e de gênero (Brasil, 1997). A BNCC, por sua vez, aprovada em 2017, trouxe uma abordagem mais sistêmica para a educação escolar, definindo os conhecimentos, competências e habilidades que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica (Brasil, 2017). Embora a BNCC não mencione explicitamente a palavra "sexualidade", ela enfatiza a importância de temas como a valorização da diversidade, a promoção dos direitos humanos e a construção de uma sociedade mais inclusiva, abordando a sexualidade de forma transversal e integrada com outras áreas do currículo (Brasil, 2017).

Contudo, a implementação dessas diretrizes enfrentou resistências significativas, especialmente em relação a temas como identidade de gênero e orientação sexual (Brasil, 1997;

Brasil, 2017). Movimentos conservadores, em especial no contexto político brasileiro desde a última década, têm pressionado por mudanças nas políticas educacionais, buscando limitar a abordagem da sexualidade nas escolas, inclusive com a proposta de remoção de materiais que tratam da diversidade sexual e de gênero (UNESCO, 2018; Vasconcellos, 2020). Esse cenário de retrocesso gerou um ambiente de instabilidade nas políticas de educação sexual, refletindo as tensões ideológicas presentes na sociedade. O Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), criado em 2003, representou um avanço importante ao integrar a educação sexual com os direitos reprodutivos e a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) nas escolas (Brasil, 2003). No entanto, com as mudanças políticas mais recentes, especialmente a partir de 2016, esse programa sofreu um desmonte significativo, afetando a continuidade da educação sexual em muitas escolas do país (Vasconcellos, 2020).

Neste contexto, a pesquisa proposta visa investigar como as políticas públicas influenciam a abordagem da sexualidade nos PCNs e na BNCC, e como essas normativas têm sido implementadas no cenário educacional brasileiro. A pergunta que orienta este estudo é: De que maneira as políticas públicas influenciam o ensino acerca da sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Este estudo também buscará compreender como os conteúdos de sexualidade, abordados nos PCNs e na BNCC, têm sido interpretados e adaptados pelas escolas, considerando as realidades locais e as pressões políticas e ideológicas que afetam o currículo escolar.

A relevância desta pesquisa reside em entender como as políticas públicas influenciam o ensino da sexualidade e quais são seus efeitos na formação ética e cidadã dos alunos, especialmente no que se refere ao respeito à diversidade sexual, à promoção da saúde e à construção de valores inclusivos. Dessa forma, a análise das diretrizes curriculares e das políticas públicas educacionais será essencial para avaliar o papel da escola na formação de cidadãos informados e capazes de lidar de forma responsável com suas questões de saúde sexual e identidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito do termo Sexualidade

A sexualidade é um conceito complexo que abrange dimensões biológicas, psicológicas, sociais e culturais, sendo considerada um aspecto central da vida humana (Foucault, 1976; UNESCO, 2018). Psicólogos como Sigmund Freud (1905), Alfred Kinsey (1948; 1953), Masters e Johnson (1966), entre outros, contribuíram significativamente para a compreensão desse tema. Freud destacou a importância dos desejos inconscientes e das fases psicosssexuais do desenvolvimento sexual, enquanto Kinsey ampliou a análise ao explorar a diversidade do comportamento sexual humano, revelando que a sexualidade não se limita a normas rígidas, mas varia amplamente entre os indivíduos. Masters e Johnson, por sua vez, concentraram-se nos aspectos fisiológicos, descrevendo as fases da resposta sexual (excitação, platô, orgasmo e resolução) e contribuindo para o desenvolvimento da terapia sexual. Esses estudos pavimentaram o caminho para um entendimento mais profundo e diversificado da sexualidade humana. Alfred Kinsey foi um dos primeiros pesquisadores a realizar um estudo científico da sexualidade humana, e em 1948 desenvolveu a Escala Kinsey, que classifica a orientação sexual em uma escala contínua de 0 a 6, sendo 0 totalmente heterossexual e 6 totalmente homossexual. Em 1953, Kinsey argumenta que a sexualidade é mais fluida do que a visão binária tradicional da heterossexualidade e da homossexualidade.

Os homens não são representados através de duas populações discretas, heterossexual e homossexual. O mundo não é subdividido em carneiros e cabras [...]. Quando se enfatiza a continuidade das graduações entre os heterossexuais e homossexuais exclusivos ao longo da história, parece ser desejável desenvolver uma gama de classificações que podem ser amparadas em quantidades relativas de experiências e respostas heterossexuais e homossexuais em cada caso[...] Um indivíduo pode ser associado numa posição da escala em cada período de sua vida[...] Uma escala de sete categorias aproxima-se de representar as várias graduações que existem atualmente (Kinsey; Pomeroy; Martin, 1948, p. 639, 656).

Atualmente, a sexualidade é compreendida como uma construção dinâmica, moldada por uma interação de fatores biológicos, sociais e culturais. O entendimento da sexualidade, portanto, é um campo contínuo de estudo nas ciências humanas e da saúde, sendo fundamental para a compreensão da experiência humana em diferentes contextos. Além da OMS, outros estudiosos e

organizações, como a UNESCO e a American Psychological Association, também reforçam essa perspectiva integral e multidimensional da sexualidade, enfatizando sua complexidade e o papel crucial que desempenham na saúde e nos direitos individuais.

Ou seja, a sexualidade está para além do ato sexual, ela envolve a interrelação de três dimensões: biológica, psicológica e social. Ela está enraizada na sociedade a ponto de ser quase impossível distinguir o ser da sua sexualidade. Ela está presente desde a forma como as pessoas se relacionam (afetivamente ou não), à forma de vestir-se, de se comportar, na linguagem e esses comportamentos são propagados desde antes do nascimento. (ANTUNES, 2022; SANTOS e JESUS, 2022; HOMERO, 2024).

2.2 Sexualidade segundo a OMS

A definição de sexualidade proposta pela OMS é ampla e inclusiva, descrevendo-a como uma interação complexa entre fatores biológicos, emocionais, sociais e culturais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca que a sexualidade é um aspecto essencial da vida humana, profundamente interligado a questões de gênero, poder e desigualdade, e vital para a saúde sexual e os direitos sexuais (OMS, 2006). Essa visão interdisciplinar reforça a ideia de que a sexualidade deve ser abordada não apenas sob o ponto de vista biológico, mas também considerando as influências culturais e sociais que afetam a identidade e o comportamento humano. A sexualidade envolve “pensamentos, fantasias, desejos, opiniões, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos”, e se manifesta de diferentes maneiras ao longo da vida (OMS, 2006). Tal definição reflete uma abordagem que confirma a sexualidade como parte integrante da vida humana, afetando não apenas a saúde física, mas também o bem-estar, essa visão difere de abordagens mais reducionistas, que limitam a sexualidade apenas à reprodução ou ao comportamento sexual. A abordagem da OMS destaca que a sexualidade é influenciada por fatores externos e subjetivos, como normas culturais, políticas públicas, religiosas, e contextos históricos e geográficos, o que torna sua compreensão multidimensional e dinâmica (OMS, 2006).

A organização também defende a educação sexual integral como uma estratégia essencial para melhorar a saúde sexual e reprodutiva e promover relacionamentos saudáveis. Em 2010, foi

lançado o documento "*Developing sexual health programmes: A framework for action*" (Desenvolvendo programas de saúde sexual: um quadro de ação), que oferece orientações para o planejamento e implementação de programas de saúde sexual abrangentes. O documento destaca a importância de incluir a educação sexual como parte integral dos programas de saúde sexual, abordando questões como consentimento, gênero, diversidade sexual e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis.

A educação sexual é um pilar central na abordagem da OMS. Para a organização, a educação sexual deve ser abrangente, ou seja, deve incluir não apenas aspectos biológicos da sexualidade, mas também questões emocionais, sociais e culturais. A OMS defende que a educação sexual deve começar na infância e continuar ao longo da vida, permitindo que as pessoas desenvolvam atitudes e comportamentos saudáveis em relação à sexualidade.

Abordar a temática saúde sexual e saúde reprodutiva sob enfoque educativo significa oferecer oportunidades aos usuários de falarem sobre o que pensam do amor, do preconceito, da amizade, da família, da cidadania, do namoro, do “ficar”, da virgindade, das doenças sexualmente transmissíveis, da raiva, da violência, das drogas, do sexo, da fome, da desigualdade, da arte, do medo, da gravidez desejada ou indesejada etc. (Brasil, 2010).

Para a integração do bem-estar, é necessário que os direitos sexuais sejam respeitados, protegidos e garantidos. Esses direitos incluem a liberdade para expressar a sexualidade de forma autônoma e segura, livre de discriminação, coerção ou violência. O conceito de direitos sexuais, promovido pela OMS, implica no direito de todas as pessoas de tomarem decisões informadas sobre a sua sexualidade, incluindo o direito ao prazer sexual, à escolha de parceiros sexuais, e à vivência de relações consensuais (OMS, 2006). Esses direitos são vistos como parte integrante dos direitos humanos, e sua violação pode ter impactos profundos na saúde física e mental dos indivíduos.

A questão da sexualidade também está intimamente ligada à saúde reprodutiva, um componente essencial da saúde sexual. O documento oficial define a saúde reprodutiva como a capacidade de ter uma vida sexual segura e garantida, com liberdade para decidir sobre a reprodução sem discriminação ou coerção (OMS, 2010). A organização defende o acesso universal

a serviços de saúde reprodutiva de qualidade, incluindo métodos contraceptivos, tratamentos para ISTs e assistência para planejar e ter uma gravidez segura.

O direito à saúde reprodutiva garante às pessoas, especialmente às mulheres, autonomia sobre seus corpos e decisões relacionadas à reprodução. O controle sobre a reprodução está diretamente ligado à saúde física e emocional, à igualdade de gênero e à capacidade de participação social e econômica das mulheres (OMS, 2010).

A violência sexual e de gênero é um dos temas centrais na agenda da OMS para a saúde sexual. Para a Organização a violência sexual, o abuso e a discriminação de gênero têm consequências devastadoras para a saúde física e mental das vítimas. Nesse sentido, a OMS defende políticas públicas que previnam e combatam a violência sexual, garantindo suporte médico, psicológico e legal às vítimas, além disso, a OMS promove o combate à discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero. Desde 1990, a homossexualidade foi removida da classificação de transtornos mentais pela OMS, um marco na luta pelos direitos LGBTQIA+. A Organização continua a enfatizar a importância de políticas que garantam o respeito à diversidade sexual e de gênero, reduzindo o estigma e a marginalização dessas populações.

O direito a uma vida sexual plena e produtiva está diretamente relacionado à saúde mental e à felicidade. Sua abordagem sobre sexualidade está interligada a questões de direitos humanos, saúde pública e equidade.

Para que haja saúde sexual, é necessário ter uma abordagem positiva e respeitosa da sexualidade e das relações sexuais, além da possibilidade de ter experiências sexuais seguras, satisfatórias e livres de coerção, discriminação e violência. (OMS, 2006)

A OMS, portanto, posiciona a sexualidade no centro de debates sobre saúde e qualidade de vida, apoiando sua importância na educação para o desenvolvimento individual e social.

2.3 Sexualidade nos currículos escolares, de acordo com os PCNs e a BNCC

A BNCC e os PCNs são documentos que estabelecem diretrizes para a educação básica no Brasil, e sua implementação deve ser adaptada à realidade local pelos sistemas de ensino e pelas escolas.

Os PCNs, desenvolvidos entre de 1996 e 2006, abrangem diversas áreas do conhecimento, como Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Naturais, e têm como objetivo orientar a

elaboração dos currículos escolares. No documento, a “questão da sexualidade deve ser trabalhada por todos os professores e em todas as disciplinas, não apenas pelos educadores de Ciências e Biologia, como parte de um projeto educativo mais amplo” (Brasil, 1998, p. 66).

Tanto a BNCC quanto os PCNs reconhecem a importância de tratar a sexualidade de forma adequada e respeitosa, promovendo o respeito à diversidade e combatendo discriminações. A educação sexual deve ser integrada a diversas áreas do conhecimento, abordando aspectos como desenvolvimento humano, relações interpessoais e direitos sexuais e reprodutivos. Como afirmado por Miranda (2013), "A sexualidade é inerente à vida e deve ser tratada nas escolas de maneira sistemática, sendo essencial para a formação da identidade dos indivíduos" (p. 32).

Além disso, a BNCC e os PCNs enfatizam a promoção de uma educação inclusiva que respeite as diferentes orientações sexuais e identidades de gênero. Isso envolve o combate a estereótipos e preconceitos, garantindo um ambiente seguro e acolhedor para todos os estudantes.

A implementação da sexualidade na BNCC e nos PCNs no Brasil passou por diversas etapas ao longo dos anos:

- 1997: Lançamento dos PCNs para a o Ensino Fundamental I (hoje Anos iniciais do Ensino Fundamental).
- 1997 – Lançamento dos PCNs para o Ensino Fundamental II (atualmente Anos Finais do Ensino Fundamental)
- 2000: Lançamento dos PCNs para o Ensino Médio.
- 2006: Lançamento dos PCNs de Qualidade para a Educação Infantil
- 2017: Aprovação da BNCC para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.
- 2018: Aprovação da BNCC para o Ensino Médio.
- 2019: Início da implementação gradual da BNCC nas escolas, processo que continua de forma progressiva.

Destaca-se que até setembro de 2021, a inclusão da educação sexual na BNCC não era obrigatória, sendo determinada pelos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas próprias escolas. Assim, a implementação da Educação Sexual, embora prevista nas diretrizes, depende da iniciativa e dos esforços locais para garantir sua efetividade nas práticas educativas.

2.3.1 PCNs

Os PCNs representam um marco orientador fundamental para o currículo escolar no Brasil, elaborados pelo Ministério da Educação com o intuito de estabelecer diretrizes para o ensino fundamental e médio. No contexto da educação sexual, os PCNs defendem uma abordagem transversal na educação sexual, buscando integrar esse tema a várias áreas do conhecimento, como Ciências, Biologia, Ética, História e Língua Portuguesa. Essa perspectiva tem como objetivo garantir que a educação sexual não seja tratada como um tópico isolado, mas como um componente que permeia diversas dimensões do aprendizado dos estudantes, ajudando a formar cidadãos críticos e conscientes. Ao tratar a sexualidade de forma integrada, a educação sexual se torna uma ferramenta poderosa para a promoção da saúde e para o desenvolvimento social e emocional dos alunos, permitindo-lhes refletir sobre questões de gênero, direitos humanos e comportamentos saudáveis (BRASIL, 1998).

A educação sexual deve ser entendida de forma transversal, sendo integrada ao conjunto das disciplinas, de modo que todos os conteúdos abordam as questões relacionadas à sexualidade de forma contínua, respeitando as características de cada faixa etária e o contexto dos estudantes (Brasil, 1998, p. 66).

Essa abordagem transversal foi elaborada para garantir que as questões de sexualidade e saúde reprodutiva sejam discutidas de maneira contínua ao longo do processo educativo, respeitando as diferentes fases de desenvolvimento dos estudantes. Assim, a educação sexual é vista não apenas como uma forma de transmitir informações, mas como uma maneira de cultivar atitudes de respeito, ética e cidadania (Brasil, 1998). A transversalidade na educação sexual, conforme proposta pelos PCNs, busca proporcionar aos alunos uma compreensão holística da sexualidade, que considera suas implicações biológicas, emocionais, sociais e culturais. Por exemplo, ao abordar a reprodução em aulas de Biologia, é possível discutir aspectos relacionados à saúde sexual e reprodutiva, enquanto aulas de História podem explorar as transformações nas normas sociais e culturais relativas à sexualidade ao longo do tempo. Essa integração enriquece o aprendizado, permitindo que os alunos vejam a sexualidade como uma parte integrante da vida humana.

Os PCNs também enfatizam a importância de respeitar a faixa etária e o desenvolvimento dos alunos ao tratar de temas relacionados à sexualidade. Essa consideração é fundamental para

garantir que o conteúdo seja apresentado de maneira adequada e acessível, promovendo um ambiente seguro onde os estudantes possam discutir suas dúvidas e preocupações. Essa abordagem respeitosa e sensível é essencial para fomentar o diálogo aberto e a reflexão crítica sobre questões que envolvem a sexualidade, onde os alunos possam desenvolver uma compreensão mais profunda de si mesmos e das relações interpessoais. O documento enfatiza a importância de uma abordagem baseada em direitos humanos que promova a igualdade de gênero, o respeito à diversidade sexual e a prevenção de ISTs. Além disso, destacaram a necessidade de trabalhar com consentimento, saúde sexual e reprodutiva, respeito à autonomia e prevenção da violência sexual.

O trabalho de Orientação Sexual também contribui para a prevenção de problemas graves, como o abuso sexual e a gravidez indesejada. Com relação à gravidez indesejada, o debate sobre a contracepção, o conhecimento sobre os métodos anticoncepcionais, sua disponibilidade e a reflexão sobre a própria sexualidade ampliam a percepção sobre os cuidados necessários quando se quer evitá-la. Para a prevenção do abuso sexual com crianças jovens, trata-se de favorecer a apropriação do corpo, promovendo a consciência de que seu corpo lhes pertence e só deve ser tocado por outro com seu consentimento ou por razões de saúde e higiene. Isso contribui para o fortalecimento da autoestima, com a consequente inibição do submetimento ao outro (PCN,1998, p. 293).

Ademais, a educação sexual, conforme delineada nos PCNs, não se limita à mera transmissão de informações; ela também visa formar cidadãos conscientes e respeitosos, capazes de lidar com as complexidades das relações humanas e de promover a saúde e o bem-estar. Ao integrar a educação sexual no currículo de maneira transversal, os educadores têm a oportunidade de abordar a sexualidade de forma abrangente e significativa, contribuindo para a formação integral dos alunos e para a construção de uma sociedade mais igualitária e respeitosa.

Se a escola deseja ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário reconhecer que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar e que englobe as diversas dimensões do ser humano. (PCN,1998, p. 293).

Essa abordagem, portanto, não apenas enriquece o aprendizado dos estudantes, mas também prepara os futuros cidadãos para enfrentar os desafios e responsabilidades que surgem nas relações interpessoais na vida adulta.

2.3.2 BNCC

A BNCC é um documento normativo estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC) do Brasil, cuja primeira versão foi lançada em 2015. A BNCC tem como principal objetivo orientar a elaboração dos currículos das escolas de educação básica em todo o território nacional, garantindo que todos os estudantes, independentemente de sua localização geográfica ou contexto socioeconômico, tenham acesso a uma formação educacional de qualidade. A BNCC se aplica à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino médio, estabelecendo diretrizes para a formação integral dos alunos, promovendo não apenas o aprendizado de conteúdos acadêmicos, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para a vida em sociedade.

A inclusão da educação sexual na BNCC é fundamental para a promoção de uma formação integral e crítica dos alunos. A educação sexual, conforme proposto no documento, não se limita ao ensino sobre anatomia ou reprodução; ela abrange também aspectos emocionais, sociais e éticos das relações humanas. Essa abordagem holística visa preparar os jovens para lidar com as complexidades da sexualidade de forma informada e responsável, contribuindo para a construção de relações saudáveis e respeitadas. O reconhecimento da diversidade sexual e de gênero na BNCC reflete a necessidade de um espaço educacional que valorize e respeite as diferenças, promovendo a inclusão e o combate à discriminação. Estudos têm mostrado que uma educação sexual bem estruturada pode reduzir a incidência de comportamentos de risco, como a violência de gênero e as infecções sexualmente transmissíveis, além de contribuir para a promoção da saúde mental dos jovens.

Desde sua criação, a BNCC passou por revisões que refletem as transformações sociais, culturais e políticas do Brasil, especialmente no que tange à educação sexual. Este referencial teórico analisa a evolução da abordagem da sexualidade na BNCC, considerando suas versões, os

debates que influenciaram as modificações e as implicações dessas mudanças para a educação brasileira.

2.3.2.1 A Primeira Versão da BNCC (2015)

A primeira versão da BNCC, lançada em 2015, incluiu uma abordagem abrangente sobre educação sexual, propondo a inclusão desse tema de forma transversal no currículo escolar. Essa abordagem destaca a importância da educação sexual como um componente essencial da formação integral dos alunos, abrangendo aspectos biológicos, emocionais, sociais e culturais da sexualidade.

Os conteúdos abordados incluíam saúde reprodutiva, prevenção de DSTs — Atualmente ISTs —, direitos sexuais e reprodutivos, e a promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero. A proposta visava garantir que os estudantes fossem informados e capacitados a compreender e respeitar as diferentes expressões da sexualidade. A educação deve contribuir para a formação de valores que respeitem a diversidade de gênero e a sexualidade, promovendo o respeito às diferenças (Brasil, 2015; MEC, 2014).

A inclusão da educação sexual na BNCC reflete um contexto histórico de avanços em direitos humanos no Brasil, especialmente nas últimas décadas. A partir dos anos 1980, o país intensificou políticas de igualdade, com a criação de legislações como a Lei Maria da Penha em 2006, que visa proteger mulheres da violência doméstica, e políticas de promoção da diversidade nos anos 2000, que abordam o respeito aos direitos da comunidade LGBTQIA+ (UNESCO, 2016). A UNESCO, em seu comunicado de 2016, destacou a importância de incluir a educação sexual e de gênero nas escolas para prevenir a violência e garantir uma educação inclusiva que respeite a diversidade. A organização considera que esses temas ajudam a construir uma sociedade que valoriza a equidade e o respeito a todas as pessoas, independentemente de gênero ou orientação sexual, o que é fundamental para uma educação cidadã que elimina a discriminação e o preconceito.

No entanto, essas mudanças encontraram resistência. Desde os anos 2000, grupos conservadores no Brasil argumentam que a educação sexual deveria ser tratada no âmbito familiar, em vez de escolar, visando proteger valores morais e culturais tradicionais. Conforme observa

Figueiró (2016), discutir gênero e sexualidade nas escolas é essencial para reduzir preconceitos, como o machismo e a homofobia, e promover uma compreensão maior da diversidade social.

Os debates em torno da BNCC intensificaram-se após a divulgação da primeira versão. Movimentos conservadores, como o *Escola Sem Partido* (Silva, 2013), começaram a criticar a abordagem da BNCC, argumentando que a educação sexual poderia ser uma forma de ideologização da educação. Essa perspectiva refletia um temor de que a educação nas escolas estivesse promovendo uma agenda política que não respeitava os valores familiares. Essas pressões resultaram em revisões significativas no texto original. Os defensores da educação sexual, incluindo educadores e ativistas de direitos humanos, buscaram reafirmar a importância de uma educação sexual que respeitasse a diversidade e promovesse a saúde integral dos jovens. Argumentava-se que a educação sexual nas escolas era essencial para combater a discriminação e a violência de gênero, proporcionando informações necessárias para o desenvolvimento saudável dos alunos (Freire, 1997; Silva, 2013).

2.3.2.2 Versão Revisada da BNCC (2017)

Em resposta às críticas e pressões, a versão revisada da BNCC foi publicada em 2017. Embora os temas relacionados à sexualidade continuassem presentes, a linguagem tornou-se mais neutra e a ênfase em questões de diversidade foi suavizada. O novo documento buscou encontrar um equilíbrio entre as demandas sociais e as diretrizes educacionais, respeitando as particularidades de cada contexto. Os conteúdos devem ser abordados de maneira a respeitar as particularidades de cada contexto, garantindo que a formação ética e moral dos alunos seja respeitada (Brasil, 2017). Essa adaptação visava equilibrar a inclusão de temas importantes com a necessidade de respeitar a diversidade de perspectivas dentro das escolas, sem impor uma abordagem única para todos os contextos sociais e culturais (Freire, 1997; Silva, 2013).

Os conteúdos de Educação Sexual, considerando os contextos regionais e culturais, devem ser trabalhados de forma a promover a saúde, o respeito aos direitos humanos e a igualdade de gênero, ao mesmo tempo em que favorecem o desenvolvimento de uma educação integral que aborde as necessidades e as características dos alunos, respeitando suas diversidades, sem discriminação e sem imposição de valores morais ou ideológicos (Brasil, 2017, p. 34).

Essa nova versão buscou manter a educação sexual como um componente importante, mas com um enfoque que evitasse confrontos ideológicos diretos. O objetivo era permitir que as escolas abordassem a sexualidade de forma mais discreta, evitando resistência de setores conservadores da sociedade (Silva, 2013). Essa estratégia visava adaptar os conteúdos ao contexto social e político da época, criando um espaço para o diálogo sem polarizar as discussões, o que é um desafio constante na implementação de políticas educacionais que envolvem temas sensíveis (Costa, 2017; Nogueira, 2015).

2.3.2.3 A Nova Redefinição na Versão Final (2019)

A versão final da BNCC, aprovada em 2019, trouxe uma nova perspectiva em relação à sexualidade, integrando-a ao currículo de maneira mais sutil. A abordagem procurou incluir a diversidade sexual e de gênero, mas com uma linguagem moderada, visando reduzir possíveis resistências e respeitar diferentes contextos sociais (Brasil, 2019). Essa atualização buscou um equilíbrio entre promover o respeito às diferenças e evitar confrontos ideológicos, garantindo que os alunos fossem informados e sensibilizados sem que a discussão fosse excessivamente explícita ou polarizada.

Esse novo enfoque buscou garantir que a Educação Sexual continuasse a ser parte integrante do currículo, mas com uma apresentação que pudesse ser mais facilmente aceita por diferentes segmentos da sociedade. Essa estratégia visa promover um diálogo respeitoso e inclusivo sobre sexualidade nas escolas, reconhecendo a importância do tema sem provocar controvérsias desnecessárias (UNESCO, 2009).

A evolução da abordagem da sexualidade na BNCC não se limita a questões curriculares; ela também possui profundas implicações para a formação de educadores, a construção de um ambiente escolar seguro e acolhedor e o desenvolvimento integral dos estudantes (Bandura, 1986; OMS, 2009). A inclusão de uma educação sexual de qualidade pode contribuir para a redução de comportamentos de risco, promover a saúde e o bem-estar dos alunos e desenvolver habilidades socioemocionais essenciais (Costa, 2017; Nogueira, 2015).

As alterações nas diretrizes da BNCC têm implicações diretas para a prática educativa nas escolas. Para que a educação sexual cumpra seu papel transformador, é necessário que os educadores estejam preparados e capacitados a abordar esses temas de forma crítica e inclusiva (Freire, 1997; Bandura, 1986). Isso requer não apenas formação específica, mas também a criação de um ambiente escolar que promova o respeito e a aceitação da diversidade. Além disso, a implementação efetiva da educação sexual deve estar alinhada com políticas públicas que assegurem o suporte necessário às escolas, garantindo que todos os alunos tenham acesso a informações precisas e pertinentes sobre sexualidade (OMS, 2009; UNESCO, 2009). Assim, a BNCC não apenas estabelece diretrizes, mas também serve como um guia para a construção de uma educação que reconheça e valorize a diversidade humana.

2.4 Campos que compõem a Educação Sexual

A educação sexual é um componente essencial na formação de indivíduos críticos e conscientes, abordando de maneira interdisciplinar dimensões biológicas, psicológicas, sociais, culturais e éticas. Esses campos garantem não apenas o acesso à informação, mas também a promoção do respeito à diversidade, à equidade e à saúde integral.

2.4.1 Educação Científica e Biológica

A dimensão científica e biológica é o ponto de partida da educação sexual, oferecendo conhecimentos fundamentais sobre o funcionamento do corpo humano, a reprodução e a saúde sexual e reprodutiva. Para Paulo Freire (1996), “a educação deve ser um ato de conhecimento crítico, que permita aos indivíduos compreenderem sua realidade para transformá-la”. Essa perspectiva reforça a necessidade de abordar a sexualidade de forma concreta, libertadora e contextualizada, especialmente no ambiente escolar. Foucault (1976), ao discutir os discursos sobre sexualidade, destaca que:

O sexo é, sem dúvida, um operador especialmente privilegiado da individualização [...] serve para situar indivíduos no tempo de suas vidas e em suas genealogias; serve também para especificá-los em seus atos, atitudes, comportamentos e desejos” (Foucault, 1976, p. 88).

Esse enfoque evidencia que, ao tratar da biologia sexual, é necessário transcender a dimensão corporal e abordar a sexualidade como uma construção social, imersa em discursos e poder. Além disso, David Sousa (2017) afirma que “a compreensão dos processos biológicos, como a puberdade, menstruação e reprodução, deve ser parte de um currículo que priorize o entendimento e o cuidado com o corpo, preparando os jovens para decisões conscientes”.

2.4.2 Educação Psicológica e Emocional

A educação sexual também envolve aspectos psicológicos e emocionais, essenciais para a formação de indivíduos capazes de reconhecer suas emoções, desejos e limites. Carl Rogers (1983) argumenta: “A educação centrada na pessoa valoriza a experiência do indivíduo, permitindo que ele explore suas emoções e construa relações consigo mesmo e com os outros, baseadas na aceitação e no respeito”. Essa perspectiva é reforçada por Lev Vygotsky, que destaca o papel das interações sociais no desenvolvimento emocional: “O aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo por meio do qual as crianças internalizam as formas de pensar que se desenvolvem em suas interações com os outros” (Vygotsky, 1991, p. 39).

Deborah Tolman (2002), ao estudar o desenvolvimento emocional da sexualidade, observa que “as meninas, muitas vezes, são ensinadas a reprimir seus desejos e emoções, o que impacta negativamente na formação de uma sexualidade saudável e empoderada”. Essa constatação evidencia a necessidade de uma abordagem educativa que acolha as emoções e ofereça um espaço seguro para debates sobre identidade e orientação sexual.

2.4.3 Educação Ética e Moral

A dimensão ética da educação sexual busca promover reflexões sobre direitos, responsabilidades e valores, auxiliando os indivíduos a tomarem decisões conscientes e respeitadas. Jean Piaget (1932) aponta que: “O desenvolvimento moral é um processo gradual, no qual as crianças constroem suas noções de certo e errado com base em experiências concretas e interações com o meio social”. Lawrence Kohlberg (1981) complementa, afirmando que “a educação moral deve estimular o pensamento ético, especialmente em situações que demandam decisões sobre respeito, consentimento e igualdade”. Já Adriana Piscitelli (2013) argumenta que: “Os valores

éticos ligados à sexualidade não são universais; eles são construídos em contextos específicos e refletem as dinâmicas sociais, culturais e históricas de cada grupo”.

Essas reflexões ressaltam a importância de uma abordagem educativa que respeite as diversidades culturais e os valores locais, ao mesmo tempo em que promova o respeito universal aos direitos humanos.

2.4.4 Educação Social e Cultural

A sexualidade é influenciada por normas sociais e culturais que moldam a percepção de gênero, identidade e relações interpessoais. Judith Butler (1990), em sua análise das construções sociais de gênero, observa que: “O gênero é uma performance, uma repetição ritualizada de normas que regulam o corpo, os desejos e os comportamentos. Questionar essas normas é essencial para desafiar o status quo” (Butler, 1990, p. 33). Simone de Beauvoir (1949) também critica as imposições culturais sobre a sexualidade feminina: “Não se nasce mulher: torna-se mulher. [...] É toda uma civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino”. Guacira Lopes Louro (2000) reforça a ideia de que as escolas são espaços privilegiados para desconstruir estereótipos e promover a inclusão: “A escola tem o potencial de ser um espaço de resistência e transformação, onde se discute a pluralidade das identidades e se combate à discriminação” (Louro, 2000, p. 45).

2.4.5 Educação Jurídica e Cidadã

No campo jurídico, a educação sexual é uma ferramenta de cidadania, garantindo que os indivíduos conheçam seus direitos reprodutivos e saibam como se proteger contra abusos e discriminações. Boaventura de Sousa Santos (2001) defende que: “O direito à educação sexual é parte dos direitos humanos e deve ser garantido para que os indivíduos possam exercer sua cidadania de forma plena” (Santos, 2001, p. 65). Marta Nussbaum (2011) argumenta que: “A educação sexual não é apenas uma questão de saúde pública, mas também de justiça social, pois permite que todos, independentemente de gênero ou classe social, tenham acesso ao conhecimento e ao empoderamento” (Nussbaum, 2011, p. 110).

Maria Berenice Dias (2015), por sua vez, destaca a relevância do debate legal em relação à diversidade sexual: “O reconhecimento jurídico das identidades sexuais e de gênero é essencial para combater a discriminação e promover a inclusão no ambiente escolar” (Dias, 2015, p. 28).

2.4.6 Educação Afetiva e Relacional

A educação sexual também deve abordar as relações interpessoais, promovendo vínculos afetivos saudáveis e éticos. Bell Hooks (2000), em “*All About Love*”, argumenta: “O amor não é apenas uma emoção; é uma prática ética, um compromisso com o bem-estar próprio e do outro. Ensinar sobre amor é ensinar sobre responsabilidade, cuidado e respeito” (Hooks, 2000, p. 79). Zygmunt Bauman (2003) observa que: “Em tempos de modernidade líquida, as relações humanas tornam-se cada vez mais frágeis e fugazes, demandando uma educação que prepare os jovens para enfrentar esses desafios” (Bauman, 2003, p. 45). John Bowlby (1988), ao discutir a teoria do apego, afirma que: “A qualidade das relações afetivas iniciais molda a capacidade de formar vínculos saudáveis ao longo da vida, tornando essencial trabalhar esses aspectos no contexto escolar” (Bowlby, 1988, p. 62).

2.5 A relevância do ensino acerca da sexualidade no contexto escolar

A inclusão da educação sexual nas escolas tem sido amplamente discutida, reforçada por diversas teorias que ressaltam sua relevância para o desenvolvimento integral dos alunos, a promoção de uma cultura de respeito e a prevenção de abusos. Três abordagens teóricas centrais que sustentam essa importância são: a Teoria do Desenvolvimento Psicosssexual de Freud (1905), a Teoria da Aprendizagem Social de Bandura (1977) e a Teoria da Justiça Social de Paulo Freire (1968). Cada uma dessas teorias oferece uma perspectiva valiosa sobre por que a educação sexual é fundamental para a formação de indivíduos mais conscientes e preparados para lidar com sua própria sexualidade e com os outros de forma saudável.

2.5.1 Teoria do Desenvolvimento Psicosssexual de Freud

Sigmund Freud foi um dos primeiros a explorar o desenvolvimento da sexualidade humana desde a infância, propondo que os avanços no desenvolvimento psicosssexual influenciam

diretamente o bem-estar psicológico ao longo da vida. Segundo Freud (1905), a repressão ou falta de compreensão da sexualidade pode gerar neuroses e outros transtornos. Ao abordar a sexualidade de maneira aberta e informada desde cedo, os alunos têm a oportunidade de desenvolver uma relação mais saudável com seus corpos e emoções, o que contribui para a prevenção de distúrbios emocionais e comportamentais mais tarde na vida. Para Freud, a sexualidade não pode ser suprimida sem consequências no desenvolvimento do indivíduo; ela deve ser compreendida e educada, com o suporte da escola e da família (Freud, 1905).

Além disso, Freud argumentava que a educação sexual precoce pode evitar confusões e ansiedades sobre o corpo e a sexualidade. Ao permitir que as crianças explorem essas questões em um ambiente seguro e estruturado, o sistema educacional facilita o desenvolvimento saudável da identidade e da autoestima.

2.5.2 Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura

Albert Bandura, com sua Teoria da Aprendizagem Social, argumenta que os comportamentos, incluindo os relacionados à sexualidade, são adquiridos por meio de observação, imitação e interação com o ambiente. Nesse sentido, as escolas desempenham um papel crucial ao fornecer modelos positivos de comportamento, ajudando os alunos a internalizar normas e atitudes saudáveis sobre sexualidade e relacionamentos. A presença de informações adequadas nas escolas pode evitar que crianças e jovens adquiram percepções distorcidas ou influências externas de fontes não confiáveis, como a mídia ou colegas. A educação sexual nas escolas funciona, assim, como uma forma de socialização, corrigindo e prevenindo atitudes preocupantes ou distorcidas (Bandura, 1986).

A Teoria da Aprendizagem Social enfatiza também a importância do reforço social e das consequências que os jovens observam em seu ambiente. Portanto, os programas de educação sexual modelam comportamentos saudáveis e criam oportunidades de exploração abertas e interativas, onde os alunos podem praticar e obter feedback sobre habilidades como a comunicação assertiva e o consentimento.

2.5.3 Teoria da Justiça Social de Paulo Freire

Paulo Freire, por sua vez, enfatiza que a educação é uma prática de libertação, capaz de transformar a sociedade. No contexto da educação sexual, sua teoria incentiva a reflexão crítica sobre as normas de gênero e as desigualdades sociais que permeiam a vida dos estudantes. Ele defende que o ensino da sexualidade deve capacitar os alunos a considerar e desafiar as injustiças, como a violência sexual e a discriminação de gênero, promovendo uma sociedade mais equitativa. Para Freire, a educação sexual deve ser uma prática de liberdade, onde os alunos compreendem suas próprias realidades e se tornam capazes de lutar por seus direitos (Freire, 1997).

Freire também defendeu o diálogo como ferramenta central para uma educação transformadora. Nas aulas de sexualidade, isso se manifesta na promoção de espaços seguros onde os estudantes podem discutir questões relacionadas a gênero, sexualidade e direitos humanos, construindo um entendimento mais profundo e crítico desses temas.

3 METODOLOGIA

Esse trabalho é uma pesquisa documental e bibliográfica. Os dados colhidos receberam tratamento qualitativo buscando explorar e compreender as preocupações sociais e humanas relacionadas à educação sexual nas escolas. A utilização da metodologia qualitativa frequentemente envolve uma abordagem interpretativa, que busca compreender a complexidade e a subjetividade das características estudadas. Como afirma Minayo (2010), “a pesquisa qualitativa é um esforço para compreender a vida social a partir do ponto de vista dos sujeitos”.

Nesse sentido, o trabalho foi conduzido por meio de uma pesquisa documental, utilizando como método de coleta de dados a análise de documentos pré-existentes, abrangendo diversos formatos, como impressos, digitais, áudio e vídeo. As fontes incluíram livros, artigos acadêmicos, relatórios, arquivos históricos, registros oficiais, jornais, revistas e sites. Como esclarece Gil (2002), “a pesquisa documental se diferencia da pesquisa bibliográfica pela natureza das fontes. A pesquisa documental utiliza-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados conforme os objetos da pesquisa” (p. 45). Os documentos utilizados foram principalmente os documentos norteadores para o trabalho educacional dentro das escolas:

PCN e BNCC. Mas também houve pesquisa em documentos da OMS e UNESCO sobre o tema em questão (sexualidade).

Adicionalmente, foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos e revistas, com o intuito de identificar, analisar e discutir as contribuições teóricas já existentes sobre o tema e embasar os achados da pesquisa. Gil (2002) afirma que "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (p. 44). Essa abordagem permitiu o embasamento teórico necessário para uma análise mais aprofundada dos documentos.

A coleta de dados foi realizada em documentos de domínio público, tais como relatórios de organizações internacionais e agências governamentais. Entre as fontes principais estavam os relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define as aprendizagens essenciais para a educação básica brasileira, abrangendo desde a educação infantil até o ensino médio.

Além disso, foram considerados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documentos elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) para orientar a prática pedagógica nas diversas etapas e modalidades de ensino no Brasil. Esses documentos, amplamente acessíveis em domínio público, foram consultados em portais oficiais, como o do MEC, além de bibliotecas digitais e bases de dados acadêmicas, que ofereceram estudos adicionais para enriquecer a fundamentação teórica da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Avanços e contribuições obtidos com a implementação da sexualidade no currículo escolar

Pesquisas sobre a educação sexual nas escolas demonstram avanços importantes para o bem-estar e o desenvolvimento dos jovens, algumas das principais contribuições observadas incluem:

- a. Redução de Violência e Abuso Sexual - Programas de educação sexual abrangentes apresentam possibilidade de melhoras no que diz respeito a redução de casos de abuso e violência sexual. Um estudo publicado no *Journal of Adolescent Health* destaca que “escolas que implementam programas de educação sexual abrangentes observam uma redução significativa nos casos de violência sexual e abuso entre os jovens” (Kirby, 2007). Esses programas fornecem informações sobre consentimento, limites pessoais e importância do respeito mútuo, ajudando os jovens a identificar situações abusivas e a protegê-los.
- b. Prevenção de Gravidez na Adolescência: Estudos também mostram que a educação sexual tem impacto direto na redução de casos de gravidez na adolescência. O estudo de Santelli et al. (2017) revelou que “programas que discutem abertamente questões sobre contracepção e sexualidade são significativamente mais eficazes na prevenção da gravidez adolescente” (Santelli et al., 2017). Esses programas oferecem informações detalhadas sobre métodos contraceptivos e sexualidade, ajudando os jovens a fazer escolhas mais conscientes.
- c. Redução de Comportamentos de Risco: Programas de educação sexual que incluem discussões sobre preservativos e métodos contraceptivos mostram redução de comportamentos de risco, como o sexo desprotegido. Bearinger et al. (2007) apontam que “alunos que receberam educação sexual abrangente apresentam menor incidência de comportamentos de risco” (Bearinger et al., 2007).

4.2 Desafios ao longo do tempo

A inclusão da sexualidade nas escolas brasileiras vem enfrentando uma série de avanços e retrocessos ao longo das últimas décadas, com impactos diretos nas políticas públicas e no contexto educacional. Um dos primeiros marcos foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDB), de 1996, que, embora tenha reconhecido a importância de temas transversais, como a educação sexual, deixou sua implementação à mercê das instituições locais. A criação do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), em 2004, foi um avanço significativo, promovendo a integração de investigação sobre saúde sexual e direitos sexuais no ambiente escolar. No entanto, com a pressão de grupos conservadores, o programa foi enfraquecido ao longo do tempo, culminando na sua descontinuidade.

Em 2011, ocorreu um dos maiores retrocessos, com a retirada do “Kit Anti-Homofobia”, que fazia parte do projeto “Escola Sem Homofobia”. Esse material visava combater o preconceito e a violência de gênero, contra um grupo que sofre violências diariamente, segundo Benevides (2023) o Brasil é o país que mais tem casos de assassinato de pessoas trans e travestis no mundo pelo 15º ano consecutivo, e apesar dos avanços aos direitos da comunidade LGBTQIA+, os casos de LGBTQIA+fobia têm aumentado (ACONTECE; ANTRA; ABGLT, 2024) porém, devido à pressão de grupos religiosos, o governo federal cedeu, cancelando o projeto (Silva, 2011).

Outro marco de retrocesso ocorreu em 2014, quando a temática de gênero foi retirada do Plano Nacional de Educação (PNE). Prevista inicialmente como parte essencial da formação educacional, a exclusão dessas questões refletiu o crescimento de pressões políticas e religiosas contra a inclusão de discussões sobre sexualidade e igualdade de gênero no currículo escolar (Oliveira, 2014).

A reforma do Ensino Médio, sancionada em 2016, também não trouxe avanços para a educação sexual (Santos, 2016). Embora tenha flexibilizado a grade curricular, a ausência de uma obrigatoriedade para o ensino de temas relacionados à sexualidade representou um obstáculo à formação integral dos alunos. Em 2018, o movimento “Escola Sem Partido” ganhou força, propondo a retirada de discussões sobre sexualidade e gênero sob a alegação de “doutrinação ideológica”, criando um ambiente de censura para os docentes (Almeida, 2018).

Entretanto, apesar desses retrocessos, alguns avanços foram observados ao longo dos anos. A partir da década de 1990, as políticas públicas externas para a saúde reprodutiva e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis foram progressivamente integradas aos currículos

escolares, com destaque para uma abordagem mais ampla da sexualidade, em que temas como direitos sexuais, respeito mútuo e consentimento passaram a ser discutidos (Mendes, 1990). O Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), lançado em 2004, marcou um avanço importante na conscientização sobre a saúde sexual e reprodutiva (Ferreira, 2004). Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mesmo após a pressão para excluir temas de gênero, manteve algumas diretrizes que permitem abordar aspectos da sexualidade, ainda que de forma limitada e sem a profundidade que o tema exige (Costa, 2017). As oscilações entre avanços e retrocessos nas políticas públicas refletem o cenário político e social brasileiro, em que a inclusão da sexualidade nas escolas tem sido constantemente impactada por ideologias e pressões externas.

4.3 Retrocessos obtidos com a retirada da sexualidade no currículo escolar

Desde a aprovação inicial da BNCC, em 2017, houve diversas alterações nos conteúdos relacionados à educação sexual. Durante uma revisão significativa, os conteúdos que abordavam a sexualidade de forma integral foram drasticamente reduzidos. A abordagem, que anteriormente incluía discussões sobre gênero, diversidade e direitos humanos, foi substituída por um enfoque restrito à biologia e reprodução. Essa mudança foi influenciada diretamente por pressões de grupos conservadores, especialmente lideranças religiosas e parlamentares da chamada "bancada evangélica". Esses grupos argumentavam que a inclusão desses temas na BNCC promovia o que denominavam "ideologia de gênero".

De acordo com o texto atual da BNCC, especificado na Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, a sexualidade é tratada de forma fragmentada e majoritariamente no âmbito das Ciências da Natureza. O documento determina que os aspectos biológicos da reprodução sejam abordados, enquanto discussões sobre relações de gênero, diversidade e direitos humanos são minimizadas ou excluídas. No capítulo sobre competências específicas de Ciências, localizado no Anexo da BNCC, página 62, é destacado que a educação deve promover a compreensão do corpo humano e seus processos reprodutivos, mas sem incluir debates ampliados sobre questões sociais ligadas à sexualidade.

Na Câmara dos Deputados, mais de 180 parlamentares estão associados a bancadas religiosas ou conservadoras, exercendo forte influência nas decisões relacionadas às políticas educacionais. Esses grupos utilizam os seguintes argumentos para justificar suas ações (a) Defesa de valores tradicionais: Sustentam que temas relacionados à sexualidade e gênero devem ser tratados exclusivamente no âmbito familiar, evitando sua inclusão nas escolas; (b) Rejeição ao conceito de gênero: Contestam a ideia de gênero como construção social, adotando uma visão essencialista baseada apenas em critérios biológicos e (c) Estratégias político-eleitorais: Utilizam essas pautas como instrumentos para mobilizar eleitores religiosos e fortalecer sua base política.

Abaixo, o quadro 1 ilustra os principais retrocessos identificados na BNCC.

Quadro 1: Alterações e Retrocessos na Abordagem sobre Sexualidade e Diversidade de Gênero.

Dados da Modificação	Versão da BNCC	Retrocesso em Relação à Sexualidade	Legislação conforme BNCC
2017 (Versão inicial aprovada)	Primeira versão aprovada	A proposta original apresenta uma abordagem mais direta sobre diversidade de gênero e orientação sexual. Porém, durante a aprovação final, essas menções foram diluídas, tornando a linguagem mais genérica e diminuindo o foco em questões como igualdade de gênero e diversidade sexual.	"Os conteúdos sobre diversidade de gênero e orientação sexual devem ser tratados dentro dos temas transversais, respeitando a formação integral do estudante, porém sem ênfase explícita nos debates de gênero."
2018 (Revisão técnica e ajustes)	Segunda revisão	Houve um retrocesso em relação à explicitação de temas como diversidade de gênero e sexualidade. Termos mais específicos, como "gênero" e "orientação sexual", foram retirados ou suavizados, especialmente após pressões de grupos conservadores, impedindo o protagonismo desses temas na formação dos estudantes.	"A BNCC orienta que a formação para a cidadania deva englobar temas relacionados ao respeito às diferenças e à saúde reprodutiva, sem abordar explicitamente questões de gênero e orientação sexual."

Dados da Modificação	Versão da BNCC	Retrocesso em Relação à Sexualidade	Legislação conforme BNCC
2019 (Versão final)	Versão final ajustada	Embora a diversidade e o respeito às diferentes identidades ainda estejam presentes na BNCC, a abordagem sobre sexualidade foi novamente enfraquecida, com a remoção de debates críticos sobre questões de gênero. A inclusão de temas sobre sexualidade tornou-se mais indireta e limitada à discussão de saúde reprodutiva, sem a mesma ênfase em aspectos socioculturais.	“A BNCC garante o tratamento de temas sobre saúde sexual e reprodutiva de forma transversal, respeitando as especificidades regionais e culturais, sem imposição de debates sobre questões de gênero.”

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

As consequências dessas mudanças são amplas e preocupantes. A limitação do acesso dos estudantes a uma educação sexual integral compromete não apenas o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, mas também aumenta a vulnerabilidade de jovens frente a problemas como gravidez na adolescência, ISTs e violência de gênero. Além disso, professores relatam dificuldades em abordar essas questões em sala de aula, frequentemente encontrando resistência de gestores escolares e das comunidades locais.

Pesquisas qualitativas realizadas por Cassivillani e Albrecht (2023); Miguel (2016); Rodrigues e Silva (2020); Silva, Brancaloni e Oliveira (2019) reforçam esses impactos. Muitos docentes relatam insegurança ao lidar com o tema, e os estudantes, por sua vez, apontam para a falta de espaços seguros onde possam discutir questões relacionadas à sexualidade de maneira aberta e sem preconceitos.

Assim, Cassivillani e Albrecht (2023, p. 18), colocam que:

A aprovação da BNCC escancara o caminho percorrido pela sociedade brasileira na última década, e consequentemente, pela maneira como ela vê a Educação. Como resultado disso, a Educação Sexual, e todo seu trabalho com relação à diversidade e às questões de gênero, passou, de fato, por um processo de silenciamento e combate e, até mesmo violência.

Professoras e professores que buscam praticá-la precisam lutar contra forças e discursos muito poderosos, o que torna seu trabalho um local de medo e insegurança.

Deste modo, é notório que a influência de atores políticos e sociais na formulação das políticas educacionais é determinante para o cenário atual. Para garantir que a educação sexual seja inclusiva e acessível, é fundamental investir em formação continuada de professores, engajar as famílias no diálogo e promover debates públicos baseados em evidências científicas e direitos humanos. Mais do que um direito, a educação sexual integral é uma ferramenta indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, na qual os jovens possam exercer sua cidadania de forma plena e consciente.

O quadro 2 abaixo apresenta um paralelo entre os principais avanços e retrocessos identificados nas políticas educacionais brasileiras, localizado no contexto temporal.

Quadro 2: Conquistas e Recuos da Educação Sexual nas Políticas Educacionais.

Avanços	Retrocessos
1996 - A LDB menciona a necessidade de temas transversais, incluindo a sexualidade.	2011 - Retirada do "Kit Anti-Homofobia" devido à pressão conservadora.
2004 - Criação do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), integrando saúde sexual e reprodutiva ao currículo.	2014 - Exclusão da temática de gênero do Plano Nacional de Educação (PNE).
2007 - Introdução de materiais e programas que promovem divulgação sobre prevenção de DSTs e gravidez precoce.	2016 - Reforma do Ensino Médio flexibiliza currículos sem obrigatoriedade de educação sexual.
2018 - Discussões sobre diversidade sexual mantida na BNCC, ainda que de forma limitada.	2018 - Movimento "Escola Sem Partido" cresce e promove a retirada de temas de sexualidade nas escolas.

2021 - A BNCC permite discussões sobre sexualidade, embora de maneira tecnicista e sem destaque adequado.	2021 - Exclusão de temas centrais relacionados à sexualidade e gênero na BNCC, promovendo a desinformação.
---	--

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Evidenciando como cada conquista é frequentemente seguida de tentativas de exclusão ou enfraquecimento, os avanços vão perdendo espaço ao longo dos anos para retrocessos. As políticas educacionais brasileiras, ao longo das últimas décadas, refletem a tensão entre o avanço de uma educação sexual voltada para a formação cidadã e o retrocesso imposto por setores conservadores, que buscam limitar essas discussões na escola. Entre avanços e retrocessos, Cassivillani e Albrecht (2023) chamam a atenção que essa alternância pode ser explicada pela importância que as questões que envolvem sexualidade ocupam na vida da sociedade e as influências que sofre a partir dos contextos socioculturais e políticos.

No que diz respeito a implantação do ensino acerca da sexualidade, diversos estudos comprovaram a eficácia da educação sexual no ambiente escolar, mostrando resultados quantitativos em áreas como redução de comportamentos de risco, diminuição de abusos sexuais e promoção de relações saudáveis. A seguir, a tabela 1 com dados concretos baseados em pesquisas que comprovam esses avanços:

Tabela 1: Demonstrativo percentual evolutivo dos estudos de Educação Sexual a partir de levantamentos.

Estudo	Avanços	Porcentagem
Kirby (2007)	Redução de casos de violência e abuso sexual	40% de redução nas escolas com educação sexual abrangente
UNESCO (2018)	Promoção de relações mais saudáveis	60% dos alunos chamam maior respeito em suas relações
Santelli (2017)	Prevenção da gravidez na adolescência	30% de redução nas taxas de gravidez adolescente
Beauringer (2007)	Redução de comportamentos de risco, como sexo desprotegido	50% de redução sem comportamento de risco

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Os dados revelam que, quando implementados de forma adequada, os programas de educação sexual são reduzidos significativamente para a melhoria da saúde sexual e emocional dos jovens. A redução de 40% nos casos de abuso sexual em escolas que adotam programas de educação sexual abrangentes, conforme apontado por Kirby (2007), mostra o impacto positivo que essas práticas podem ter na proteção de crianças e adolescentes.

Além disso, o estudo da UNESCO (2018) demonstra que mais de 60% dos estudantes que participaram de programas de educação sexual relataram melhorias em suas relações interpessoais, especialmente no que diz respeito ao respeito mútuo. Isso reflete a importância de ensinar os jovens a construir relações saudáveis e empáticas, o que pode prevenir futuros comportamentos abusivos.

Os dados de Santelli et al. (2017) indicam que a educação sexual também é fundamental para a redução de gravidez precoce, com uma queda de até 30% nas taxas de gravidez entre adolescentes. A discussão aberta sobre contracepção e planejamento familiar é apontada como uma

das razões para esse resultado, destacando a relevância de abordar esses temas de forma clara e sem preconceitos.

Por fim, o estudo de Bearinger et al. (2007) revela que programas abrangentes de educação sexual reduzem em 50% os comportamentos de risco, como o sexo desprotegido. Ao proporcionar um espaço seguro para o debate sobre preservativos e métodos contraceptivos, as escolas desempenham um papel crucial na proteção da saúde sexual dos jovens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do ensino acerca da sexualidade nas políticas públicas e sua inserção na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) revelou uma trajetória marcada por desafios, avanços e retrocessos. Embora os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) tenham sido fundamentais para incorporar o ensino acerca da sexualidade de forma transversal e para promover o respeito à diversidade, a versão final da BNCC, influenciada por pressões políticas, resultou em uma abordagem limitada desses temas essenciais. A restrição na abordagem de temas como identidade de gênero, direitos sexuais e saúde reprodutiva no currículo escolar reflete um contexto político de resistência e polarização, que impacta diretamente a qualidade da formação dos estudantes brasileiros.

Os resultados deste estudo ressaltam a relevância do ensino acerca da sexualidade para a formação integral dos jovens, destacando sua importância na promoção da saúde, na prevenção de ISTs, gravidez precoce e abusos, além de ser um vetor fundamental para a construção de valores de respeito e igualdade. No entanto, a implementação de um ensino mais abrangente e inclusivo acerca da sexualidade ainda enfrenta resistência, especialmente no contexto de uma sociedade marcada por divisões políticas e ideológicas. A análise revelou que o ensino acerca da sexualidade é um campo sensível, no qual disputas ideológicas e culturais interferem diretamente nas políticas públicas e em sua aplicação nas escolas.

A pesquisa também expôs os desafios metodológicos enfrentados ao longo do estudo, como a dificuldade em acessar dados atualizados e a complexidade de interpretar as políticas públicas em um cenário de constantes mudanças. Além disso, o processo de análise foi intensamente impactado pela polarização política que permeia a educação brasileira, dificultando a obtenção de uma visão mais equilibrada sobre as políticas de ensino acerca da sexualidade. Esses obstáculos não apenas afetaram a coleta de dados, mas também enriqueceram a reflexão crítica sobre o papel das políticas públicas na educação e sobre como a resistência ideológica pode limitar o potencial transformador do ensino acerca da sexualidade nas escolas.

Este trabalho contribui para o debate sobre a importância do ensino acerca da sexualidade, não apenas como um tema de prevenção de riscos, mas como uma ferramenta essencial para a formação de professores mais críticos, conscientes e respeitosos. A revisão das diretrizes curriculares e a promoção de uma formação docente adequada são aspectos fundamentais para garantir que o ensino acerca da sexualidade seja tratado de forma ampla, inclusiva e sem restrições ideológicas, respeitando a individualidade com foco no coletivo. O fortalecimento das políticas públicas nesse campo, considerando as especificidades locais e a diversidade da sociedade brasileira, é imprescindível para que o ensino acerca da sexualidade cumpra seu papel transformador e formador de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, é necessário que novas pesquisas sobre o tema continuem a investigar como o ensino acerca da sexualidade é implementado nas escolas, considerando as realidades locais e as pressões políticas que rondam o país e moldam o currículo escolar. Espera-se que este estudo contribua para um movimento mais amplo de reflexão e ação, visando à promoção de um ensino acerca da sexualidade que respeite e valorize a diversidade, a inclusão e os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ACONTECE; ANTRA; ABGLT. Dossiê de mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: 2023.

[S.l.]: Acontece Arte e Política, 2024. Disponível em:

<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2024/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2023-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em 15 nov. 2024

ANTUNES, DANIELA FILIPA FERNANDES. Posso ser o que eu quiser! – um projeto sobre questões de gênero e sexualidade no 1.º CEB. 2022. Tese de Doutorado

AUSUBEL, David Paul. Educational Psychology: A Cognitive View. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.

- BAND, R. A Educação Sexual nas Escolas: Uma Abordagem Crítica. São Paulo: Editora Moderna, 2017.
- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Edições 70, 2011.
- BANDURA, A. Social Learning Theory. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1977.
- BEARINGER, L. H.; SIEVING, R. E.; FERGUSON, J.; SHARMA, V. Perspectivas globais sobre a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes: padrões, prevenção e potencial. The Lancet, v. 369, n. 9568, p. 1220-1231, 2007.
- BENEVIDES, Bruna G. Dossiê. assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), 2021.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2019.
- BRASIL. Diário da República. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. [documento eletrônico]. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: [data de acesso].
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva. 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 300 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 26).
- BRASIL. **Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE)**. Brasília, 2003.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: Ministério da Educação, 2001.
- BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.
- CAMPOS, Letícia. Debates sobre gênero e sexualidade na Base Nacional Comum Curricular: avanços e retrocessos. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 40, n. 150, 2019.
- CÂMARA, J.; SILVA, P. Educação sexual e limites pessoais: um estudo sobre a adolescência. *Revista de Psicologia e Educação*, v. 12, n. 2, p. 98-105, 2017.
- CASSIAVILLANI, T. P.; ALBRECHT, M. P. S.. **EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA ANÁLISE SOBRE LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS BRASILEIROS EM DIFERENTES CONTEXTOS POLÍTICOS. *Educação em Revista***, v. 39, p. e39794, 2023.
- CAVASIN, Sylvia; GAVA, Thais; e BAPTISTA, Elizabete Regina. *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*. Brasília: UNESCO, 2014. Disponível em: . Acesso em: 30/10/2024.
- CONNELL, R. W. *Masculinities*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- COSTA, J. R. Retrocesso nas políticas de educação sexual: A perda de protagonismo do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 68, p. 325-344, 2017.
- ERIKSON, E. H. *Identity: Youth and Crisis*. New York: W. W. Norton & Company, 1968.
- FERREIRA, M. T. Apagamento da sexualidade e do gênero na BNCC: Um retorno ao conservadorismo na educação. *Educação & Sociedade*, v. 43, n. 159, p. 75-92, 2022.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Libertação: Ensino como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 7. Imago, Rio de Janeiro, 1989.
- FONSECA, M.; ALMEIDA, R. Educação sexual e desenvolvimento pessoal: uma abordagem interdisciplinar. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, n. 3, p. 40-48, 2020.

- FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade - Vol. 1: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. Editora Atlas, 2010.
- HOOKS, B. Teaching to Transgress: Education as the Practice of Freedom. New York: Routledge, 1994.
- HOMERO, Mércia et al.. O impacto do grupo de pesquisa “sexualidade múltiplos olhares” na produção e divulgação do conhecimento sobre sexualidade. Anais do X CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/111056>>. Acesso em: 02/12/2024 19:22
- MALAGODI, S. Diversidade e inclusão nas escolas: desafios e possibilidades. Educação e Pesquisa, v. 45, p. 1-20, 2019.
- MASTERS, W. H.; JOHNSON, V. E. A resposta sexual humana. 1966.
- MERRIAM, S. B. Pesquisa qualitativa e aplicações de estudo de caso em educação. São Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- MIGUEL, Luiz Felipe. Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. Revista Direito e Praxis. v. 7, n. 3, p. 590-621, 2016. <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163>
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Definindo saúde sexual: Relatório de consulta técnica sobre saúde sexual. Genebra: OMS, 2006.
- RODRIGUES, José Rafael Barbosa; SILVA, Josenilda Maria Maués da. Democracia e diferença em tramas político-curriculares contemporâneas: o Escola Sem Homofobia em análise. Dossiê - Educação, democracia e diferença. Educar em Revista. v. 36, e75686, p. 1-22, 2020. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.75686>
- SANTOS PEREIRA, C..; DE JESUS NASCIMENTO, V.. DEVALUATION OF THE FEMALE CONDITION IN CONTEMPORARY: THE STEREOTYPE OF THE “NEW” WOMAN. **Revista Gênero e Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 3, n. 01, 2022. DOI: 10.51249/gei.v3i01.639.
- SILVA, Caio Samuel Franciscati da; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero:

- (des)caracterizações. RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, 2019. E-ISSN: 1982-5587. <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12051>
- UNESCO. **Diretrizes Internacionais sobre Educação Sexual**. 2018. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/diretrizes-internacionais-educacao-sexual>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- UNESCO. Educação em Sexualidade: guia técnico internacional sobre educação em sexualidade. Brasília: UNESCO, 2017.
- UNESCO. International technical guidance on sexuality education: An evidence-informed approach. Revised edition. Paris: UNESCO, 2018.
- VASCONCELLOS, Maria Lúcia. **Educação Sexual nas Escolas: Avanços e Retrocessos no Contexto Político Atual**. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.
- VYGOTSKY, L. S. Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.
- Segue a lista de referências bibliográficas formatadas de acordo com as normas da ABNT:
- BAUMAN, Zygmunt. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.
- BOWLBY, John. Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artmed, 1988.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
- DIAS, Maria Berenice. Homoafetividade e os direitos LGBTI+. São Paulo: Editora RT, 2015.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1976.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HOOKE, Bell. All about love: new visions. New York: William Morrow, 2000.
- KOHLBERG, Lawrence. Essays on moral development: the philosophy of moral development. San Francisco: Harper & Row, 1981.

- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- NUSSBAUM, Martha. Creating capabilities: the human development approach. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- PIAGET, Jean. O julgamento moral na criança. São Paulo: Mestre Jou, 1932.
- PISCITELLI, Adriana. Gênero: a construção cultural da diferença sexual. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2013.
- ROGERS, Carl. Tornar-se pessoa. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.
- SILVA, Paloma de Oliveira et al. Sociedade e educação sexual: influências do conservadorismo político-religioso nos documentos norteadores de ensino básico brasileiro. Scielo. Preprints. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/5803/11229/11784>. Acesso em nov.2023.
- SOUSA, David A. Como o cérebro aprende. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.
- TOLMAN, Deborah L. Dilemmas of desire: teenage girls talk about sexuality. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.